



Observatório de Política Externa Brasileira

– Informe de Política Externa Brasileira – Nº 52 Maio – 2014

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação temático executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em seu Informe mensal, o Observatório de Política Externa Brasileira destina-se a analisar a cobertura dada pelas revistas semanais *Veja*, *Carta Capital* e pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo e Zero Hora*, mais especificamente pelos seus editoriais. Partindo-se do princípio de que esses veículos são formadores de opinião pública e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos, justifica-se verificar qual a visão que divulgam a respeito das ações do governo brasileiro no que tange a sua política externa. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a leitura minuciosa das reportagens e posterior cotejamento das mesmas a fim de identificar as diferentes percepções dessa política de Estado. Em um segundo momento, uma breve análise da conduta brasileira no âmbito internacional será feita à luz das Relações Internacionais.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo Congresso.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Doutorando em Relações Internacionais, Política Internacional e Resolução de Conflitos (Universidade de Coimbra)/ Mestre em História (Unesp/Franca): Tiago Pedro Vales;

Mestrandos em Relações Internacionais (San Tiago Dantas – Unesp/Unicamp/PUC-SP): Camila Cristina Ribeiro Luis (bolsista CAPES); Raphael Camargo Lima (bolsista CAPES);

Graduados em Relações Internacionais pela UNESP/ Franca: José Augusto Zague

Graduandos em Relações Internacionais pela UNESP/ Franca: Giovanna Ayres, Livia Peres Milani



Observatório de Política Externa Brasileira

Os temas abordados pelos periódicos analisados foram diversificados, assim como seus posicionamentos. Destacam-se dois temas que não são usualmente abordados. O primeiro deles é a questão da imigração, trazida à pauta devido à crescente presença de refugiados haitianos no Brasil. Aparentemente os periódicos concordam que os regulamentos brasileiros que tratam do tema já não são suficientes e merecem revisões e aprimoramentos. O segundo trata da relação do Brasil com a Colômbia, país que aparece nas análises geralmente quando estas referem-se a âmbitos multilaterais, como a Unasul, por exemplo. A atenção dada ao país andino dá-se por conta de suas eleições presidenciais, cujos resultados também importam ao Brasil. Por outro lado, temas recorrentes voltaram a aparecer, como o papel do Brasil entre os BRICS, as relações Brasil-Venezuela e Brasil-Argentina no âmbito da Unasul, sob o ponto de vista das proximidades ideológicas e das relações econômico-comerciais.

O papel dos BRICS na gestão da ordem internacional

No mês de maio, os editoriais analisaram o papel dos BRICS (Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul) na ordem internacional e na política externa brasileira. Assim como analistas e policymakers internacionais, os periódicos expõem certo dissenso. Por um lado, as diferenças econômico-financeiras, políticas, militares e de interesses indicam que os BRICS não são suficientemente coesos para consolidar-se como bloco. Por outro, a concertação política entre esses países poderia resultar em desenvolvimentos interessantes na ordem internacional que tem se formando. Carta Capital, Valor Econômico, Correio Braziliense¹ demonstram dessa divisão.

Carta Capital parte de um ponto de vista nacionalista para tecer suas análises. Referindo-se aos BRICS, a revista demonstrou-se muito otimista frente às propostas recentes de construção de um fundo de proteção das

¹ Textos publicados, respectivamente, nos dias 28/05, 27/05 e 03/05.



Observatório de Política Externa Brasileira

moedas nacionais, de um mecanismo de solução de controvérsias e nas possíveis agendas de concertação política, como a espionagem. A revista enfatizou a criação do fundo como um mecanismo que poderia levar à consolidação do bloco como um novo polo de poder econômico mundial, alterando o sistema econômico internacional contemporâneo. A partir do editorial, a revista passou a impressão de que os BRICS seriam um bloco coeso e que a relevância dos países no sistema internacional seria próxima. No entanto, apesar dos BRICS serem semelhantes com relação às questões de crescimento econômico e à relevância do tamanho do território e da população, as capacidades econômicas e militares são discrepantes, o que implica em diferentes capacidades de influência no sistema internacional. Assim, apesar de ser coerente defender a China como um novo polo de poder, a ideia de que os outros países também poderiam ser enquadrados nessa posição é questionável.

Os jornais Valor Econômico e Correio Braziliense expressam posições genéricas e incertas sobre o agrupamento. No contexto das divergências políticas entre polos de poder sobre as tensões na Ucrânia, o Valor Econômico apontou que os novos fatos testarão a eficácia das escolhas de política externa brasileira pela menor aproximação com os Estados Unidos e Europa, e o Correio Braziliense defendeu que seria preferível que o Brasil não se envolvesse na tensão ucraniana.

O questionamento sobre a capacidade de ação dos BRICS remete a duas questões mais amplas. Primeiramente, as dificuldades de coordenação de posições entre os países em momentos de crise e, em segundo lugar, às incertezas sobre a ordem internacional emergente após o fim da Guerra Fria.

Nos anos 1990, analistas destacavam a primazia dos Estados Unidos na revitalização dos regimes e das organizações no trato das questões políticas. Na década seguinte, a suposta liderança estadunidense foi colocada em questionamento, após um momento de desprezo dos Estados Unidos pelos próprios regimes e organismos que liderou na década anterior. Nesse contexto, houve amplo crescimento econômico de países emergentes, como África do



Observatório de Política Externa Brasileira

Sul, Brasil e Índia (G-3 ou IBAS), e de concertação política entre esses países para a alteração de algumas regras da política internacional. O contexto político-econômico facilitou a aproximação entre esses países e possibilitou a formação dos BRICS. De um lado, crescia a influência política do G-3, de outro, a potência econômica chinesa e a recuperação político-econômica da Rússia.

Nesse sentido, ao final da década, emerge uma situação inusitada de retração do unilateralismo estadunidense e crescimento das potencialidades de outros países. Durante esse período, a política externa brasileira manteve relações positivas com Estados Unidos e União Europeia, mas garantindo ênfase na diferenciação das parcerias políticas. Com a crise na Ucrânia e a celebração do acordo energético histórico entre Rússia e China, Brasil, Índia e África do Sul encontram-se entre dois grandes polos de poder, em um contexto de transição e reestruturação da ordem internacional.

Por esse conjunto de fatores, a aproximação dos BRICS talvez seja uma aposta positiva para a política externa brasileira. Mesmo que haja interesses divergentes ou que os BRICS não venham a consolidar-se como o “novo equilíbrio de forças no cenário mundial”, como colocou a Carta Capital, negociar entre os expoentes do poder internacional pode ser uma variável importante para o país aumentar seu grau de autonomia e de influência em âmbito mundial.

América do Sul: Unasul, relações com Venezuela e a Argentina

No mês de maio, os periódicos o Globo e o Estado de S. Paulo analisaram as relações do Brasil com a região sul-americana e defenderam que a aproximação brasileira a seus vizinhos seria fortemente influenciada pela ideologia. O Globo teve como foco a aproximação econômica junto à Venezuela e à Argentina, e argumentou que o Brasil precisa olhar com cautela tais economias, pois as mesmas não respeitariam as “leis econômicas” por ideologia. Para o jornal, há apoio político e ideológico à Kirchner e ao Chavismo. Já o Estado de S. Paulo teve como foco a atuação brasileira frente



Observatório de Política Externa Brasileira

à crise política na Venezuela, que teve espaço em dois editoriais. Em ambos, o jornal defendeu que o Brasil deveria atuar de maneira mais ativa e exercer pressão para que o governo venezuelano e os opositores chegassem a um acordo. O jornal criticou a posição do Brasil e da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) por privilegiar o diálogo como forma de resolver a situação venezuelana e argumentou que a política externa do governo Rousseff é conciliatória com a ditadura venezuelana por motivos de afinidade ideológica. É interessante destacar que esse tema tem sido recorrente por parte do Estado de S. Paulo, que critica de forma reiterada a posição do governo brasileiro e a atuação da Unasul.

Pode-se notar que, ao abordar as relações entre Brasil e América do Sul, o Globo e o Estado de S. Paulo tendem a focar as relações com a Venezuela e Argentina, sempre criticando a postura governamental, e não abordando de maneira sistemática as relações com outros países. As relações entre Brasil e Colômbia, por exemplo, poderiam ser abordadas em editorial, tendo em vista que atualmente o país passa por negociações de paz com grupos armados internos e que a atuação brasileira também poderia ser relevante nessa situação. Dessa forma, apesar de defender que o Brasil adote uma postura mais assertiva em relação à Venezuela, o Estado de S. Paulo não se posiciona sobre a maneira com que o Brasil deveria atuar na situação colombiana, por exemplo.

Para além disso, embora o Estado de S. Paulo e o Globo defendam que as relações entre Brasil, Venezuela e Argentina são fortemente influenciadas pela ideologia, há outras variáveis que condicionam a atuação brasileira nesses casos. Com relação à posição brasileira frente à Venezuela, percebe-se que a postura de não intervir e defender o diálogo também são coerentes com o histórico de atuação da diplomacia brasileira, de defesa de uma posição de não-intervenção nos assuntos internos de outros países e de privilégio à resolução de conflitos pelo diálogo. Paralelamente, a posição brasileira desde os governos Lula da Silva também foram balizadas pelos princípios da não-indiferença e priorização dos relacionamentos políticos com a América do Sul.



Observatório de Política Externa Brasileira

Com relação à opinião do Globo, apesar do mesmo defender que as relações econômicas entre Brasil, Venezuela e Argentina são influenciadas por posições ideológicas, há que se considerar que tal aproximação é também reforçada pelo objetivo brasileiro de aumentar a exportação de produtos industrializados nacionais, os quais são, em sua maioria, comercializados na região sul-americana. Ressalta-se ainda que a relação do Brasil com tais países é reforçada pelo interesse de aumentar a coordenação política na região. Assim, pode-se perceber que o argumento do Estado de S. Paulo e do Globo de que a ideologia seria a única explicação para as relações do Brasil com a Venezuela e com a Argentina é reducionista.

Todavia, não se pode opor ao entendimento de que visões sobre a ordem internacional orientam as ações políticas e, portanto, poderiam ser entendidas como ideologias. Porém, tal como é colocado pelos jornais, parece haver duas visões de mundo dicotômicas, a ideologia, de orientação mais à esquerda e derivada da divisão Norte-Sul da Guerra Fria e do bolivarianismo, e a coerência. Nesse sentido, percebe-se que a opinião destes jornais é influenciada por uma opção ideológica mais inclinadas ao liberalismo político e econômico. No caso de O Estado de S. Paulo, percebe-se a defesa de que a visão “democracia-liberal” é o padrão apropriado e não discute de maneira aprofundada a natureza democrática ou autoritária do regime político vigente na Venezuela. No caso d’O Globo, a posição liberal do jornal seria patente quando o mesmo afirma que Venezuela e Argentina não respeitariam as leis da economia.

Imigração

Nos dias 7 e 28 de maio, as revistas *Carta Capital* e *Veja* e o jornal *Folha de S. Paulo* abordaram a política migratória do Brasil, no contexto da chegada de imigrantes haitianos. A postura desses meios de comunicação foi convergente no sentido em que cobraram do país um melhor preparo para tratar das desse fluxo de migração. A *Veja* e a *Folha de S. Paulo* lembraram



Observatório de Política Externa Brasileira

que, se os imigrantes não encontrarem ocupação no mercado de trabalho, eles podem acabar constituindo um problema social e econômico para o país. Ademais, a *Carta Capital* e a *Folha de S. Paulo* ressaltaram o aspecto jurídico que envolve os imigrantes. A revista citou que o Brasil foi o primeiro país da América Latina a adotar a Convenção de Genebra de 1951, sobre o amparo a refugiados, mas que a legislação nacional não tipificou o deslocamento decorrente de catástrofes naturais como refúgio. Já o diário lembrou o Estatuto do Estrangeiro, elaborado durante a ditadura militar, o qual a *Folha de S. Paulo* classificou como anacrônico.

Carta Capital, *Veja* e *Folha de S. Paulo* abordaram o tema da recepção de imigrantes no Brasil, principalmente os haitianos, de forma crítica. Porém, esses veículos de comunicação focaram-se em diferentes aspectos da política migratória. A *Carta Capital* ressaltou a questão dos refugiados. No Brasil, cabe ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) reconhecer as condições do refugiado, que tem direito à proteção do governo brasileiro e pode obter documentos, trabalhar e estudar. Segundo a lei brasileira, refugiado é aquele que sofre temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. Como a revista afirma, a lei brasileira não reconhece aqueles atingidos por catástrofes naturais como refugiados, o que é o caso dos haitianos. Ainda assim, a discussão sobre os chamados “refugiados ambientais” ganha destaque no âmbito do direito internacional, tentando estabelecer um status de refugiado também para aqueles que foram vítimas de calamidade ambientais e por isso tiveram que abandonar seu país de origem. A revista *Veja* criticou a forma geral com que o país recebe os imigrantes, sejam eles refugiados ou não.

O único veículo que citou o Estatuto do Estrangeiro foi a *Folha de S. Paulo*, apesar de o documento não abordar especificamente a questão dos refugiados. Nesse caso, a sugestão do diário sobre uma reformulação deste estatuto não tem motivo de ser foco da política migratória brasileira.



Observatório de Política Externa Brasileira

Relações bilaterais na América do Sul

Os jornais Correio Braziliense e O Globo, em editoriais publicados no dia 25 de maio, abordaram as relações bilaterais do Brasil com outros países da América do Sul. O Correio Braziliense focou-se na relação do entre Brasil e Colômbia no contexto das eleições presidenciais colombianas.

O Correio Braziliense argumentou que o resultado das eleições no país vizinho determinará os rumos do processo de negociação entre o governo colombiano e as Farc, conflito que, segundo o editorial, envolve o tráfico de drogas e de armas que atinge paralelamente o Brasil. O jornal ressaltou que é do interesse brasileiro a preservação da legalidade e da estabilidade institucional na Colômbia, valorizadas nos anos recentes pelo incremento da segurança pública, a fim de conter a atuação das Farc nas regiões vizinhas.

Já O Globo ressaltou as relações do Brasil com Argentina e Venezuela. Segundo o editorial, é aconselhável que o Brasil acompanhe de perto as situações econômicas nesses países, para ter uma dimensão das consequências da aplicação de modelos que, em nome de ideologias, não respeitam as leis da economia. De acordo com o jornal, apesar de o Brasil ter diminuído o apoio às políticas econômicas argentina e venezuelana, há ainda no Brasil quem sustente o kirchnerismo e o chavismo, do ponto de vista político e ideológico.

No caso das relações entre Brasil e Colômbia, o contexto para a análise foram as disputas eleitorais no país vizinho. A eleição envolve o atual presidente, Juan Manuel Santos, e o candidato Óscar Zuluaga. O Correio Braziliense destacou a postura de Santos, que vem tentando negociar a paz com as Farc. Nesse sentido, a reeleição de Santos seria benéfica ao Brasil, se resultar em uma continuação eficaz desse processo de paz. Como o jornal ressaltou, pelo fato de o Brasil ser um país limítrofe à Colômbia, o esforço de conter a atuação das Farc e, conseqüentemente, o tráfico de armas e drogas, pode ter um impacto positivo sob a segurança no Brasil. Entretanto, vale lembrar que a atuação das Farc na Colômbia e também suas repercussões nos



Observatório de Política Externa Brasileira

países vizinhos já dura mais de cinquenta anos e ainda há pontos pendentes para solidificar a negociação de paz.

Quanto à relação do Brasil com Argentina e Venezuela, O Globo voltou a relacionar o aspecto econômico ao político-ideológico. Segundo o editorial, as situações econômicas de Argentina e Venezuela seriam um exemplo de como de como a orientação política pode influenciar o desenvolvimento econômico do país. O editorial deu amplo destaque aos problemas econômicos que Argentina e Venezuela enfrentam e a possível contaminação desses problemas para a economia brasileira. A Argentina tem sido afetada pela desvalorização da moeda nacional e a inflação, enquanto a Venezuela enfrenta a escassez de produtos além da inflação. Porém, ao invés de focar nas relações econômicas entre estes países, o jornal ressaltou a relação ideológica entre petismo, chavismo e kirchenerismo, como um indício de possíveis problemas econômicos para o Brasil. A análise de O Globo sobre a relação do Brasil com Venezuela e Argentina, a despeito do que aponta ser um defeito do governo brasileiro, guarda também o viés ideológico. O jornal defende um ponto de vista que se opõe às políticas do governo tanto em âmbito interno quanto externo. Opiniões com este caráter têm sido compartilhadas por grande parte da imprensa brasileira, que usualmente defende uma aproximação maior do Brasil com os Estados Unidos.

Em consonância com a posição política, o jornal defende a ortodoxia econômica, representada pelo livre comércio e a liberalização da economia. Apesar de criticar o governo brasileiro e seus parceiros do Mercosul, por compartilharem uma ideologia comum, as posições defendidas pelo periódico são apresentadas de maneira que a ortodoxia econômica pareça algo natural e não uma opção política.



Observatório de Política Externa Brasileira

Referências

- Carta Capital – **Reportagem de Capa**: A misteriosa morte do Torturador – 07/05/2014
- Correio Braziliense – **Opinião**: Competitividade em queda livre – 23/05/2014.
- Carta Capital – **Reportagem de Capa**: Facebook: Guerra Eleitoral – 28.05.2014
- Correio Braziliense – **Visão do Correio**: Temperatura em ascensão na Ucrânia – 03/05/2014
- Correio Braziliense – **Opinião**: Contas externas desequilibradas – 24/05/2014.
- Correio Braziliense – **Opinião**: Colômbia: ainda as Farc – 25/05/2014.
- Folha de S. Paulo – **Opinião**: Política imigratória – 28/05/2014.
- O Estado de S. Paulo – **Notas & Informações**: Tortura na Venezuela – 08/05/2014.
- O Estado de S. Paulo – **Notas & Informações**: Diálogo em crise na Venezuela – 24/05/2014.
- O Globo – **Opinião**: Competitividade do Brasil se mantém em queda – 24/05/2014.
- O Globo – **Opinião**: Venezuela em estado terminal e falência na Argentina – 25/05/2014.
- O Globo – **Opinião**: Venezuela em estado terminal e falência na Argentina – 25/05/2014.
- Valor Econômico – **Opinião**: China e Rússia confrontam a supremacia americana – 27/05/2014.
- Veja — Tião, Capitão do Mato – 07/05/2014.